

**SERVIÇO SOCIAL**  
QUESTÕES DISCURSIVAS

**QUESTÃO 38**

São várias as razões que podem ser apontadas: o peso da chamada “dívida social”; a consagração – na Constituição de 1988, que formulou a assistência como direito – do princípio da Seguridade Social; a normatização desse direito pela LOAS (1993), para a qual a categoria profissional contribuiu com destaque; e, posteriormente, a institucionalização do SUAS. Pode-se, ainda, referenciando o princípio constitucional, recordar a vinculação histórica da profissão à prática da assistência, redimensionada com a crítica do assistencialismo.

**(valor: 2,0 pontos para cada razão)**

O destaque de qualquer das razões deverá ser seguido de uma argumentação que indique conhecimentos históricos e teóricos; por exemplo: se o aluno mencionar a Constituição de 1988, referenciando a assistência como parte da Seguridade Social, deverá observar que a assistência foi aí reconhecida como direito constitucional pela primeira vez e que a noção de Seguridade Social também figura pela primeira vez numa carta constitucional brasileira.

**(valor: 3,0 pontos para cada justificativa)**

**QUESTÃO 39**

A resposta deve referir-se explícita e diretamente ao conteúdo da Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8662/93) **(valor: 2,0 pontos)** e do Código de Ética Profissional (1993). **(valor: 2,0 pontos)**

Não há necessidade de remeter às partes pertinentes da Lei e do Código. Uma resposta completa requer que aluno esclareça que o Código e a Lei são instrumentos articulados, mas diferentes: um tem base normativa a partir da categoria profissional, **(valor: 3,0 pontos)** outro é impositivo por mediação do Estado. **(valor: 3,0 pontos)**

#### QUESTÃO 40

Os dois principais instrumentos legais são a Constituição de 1988 (**valor: 2,0 pontos**) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), podendo ser citados a CLT e os Conselhos Tutelares e de Direitos Pertinentes (**valor: 2,0 pontos**)

Uma resposta completa requer que o aluno destaque o caráter superior e fundante da Constituição (**valor: 3,0 pontos**) e esclareça o significado do ECA na institucionalização de uma política pública para crianças e adolescentes. (**valor: 3,0 pontos**)